

AVISOS

AVISO 1: O procedimento para cadastro para participação nos certames na CAIXA mudou, passando a ser exclusivamente por meio eletrônico.

Para participação nos certames da CAIXA é necessário o cadastro no Portal Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br), não sendo mais necessário comparecer a uma agência da CAIXA.

Pedimos a leitura atenta do item 3 do edital para o correto cadastro no Portal Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br).

AVISO 2: Informamos que foi implantado, no Portal de Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br), a ferramenta GUARDA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, que consiste em um repositório de arquivos no qual o fornecedor deverá anexar e manter atualizada a sua documentação de habilitação.

A melhoria visa a otimização dos documentos enviados para o Portal de Licitações CAIXA. A partir da implantação, o licitante não terá mais que realizar o *upload* dos documentos de habilitação para cada um dos certames que tenham interesse de participar.

Os licitantes deverão realizar o cadastro de sua documentação no repositório alterando-os apenas quando houver necessidade de atualização. **Contudo, para cada certame os licitantes deverão selecionar os documentos de seu repositório que desejam vincular ao certame/item de interesse.**

RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A CAIXA está orientada a gerir seus negócios, processos, atividades e relacionamentos com as partes interessadas com base nos princípios e diretrizes de sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, de modo a assegurar a atuação e o desenvolvimento sustentável, prezando pelo respeito ao meio ambiente, pela proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, da biodiversidade e da adaptação às mudanças climáticas do País.

Para o aprofundamento das práticas de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, a CAIXA estabeleceu as seguintes premissas para a gestão de seus negócios:

- ✓ Atuar de forma ética, com respeito aos direitos humanos universais e às leis dos países onde a CAIXA atua, e repudiar qualquer tipo de atitude ilícita nas suas operações e relacionamentos;
- ✓ Engajar e dialogar continuamente com as partes interessadas para estimular a adesão a boas práticas sociais, ambientais e climáticas, além da legislação inerente ao tema; no desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas, práticas e negócios;

- ✓ Atuar de forma colaborativa junto a clientes, fornecedores, concorrentes, governo e demais atores da cadeia de valor, a fim de promover, por meio de nossos serviços e relacionamentos, o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das futuras gerações;
- ✓ Fomentar, em toda a sua cadeia produtiva, o repúdio a todas as atitudes preconceituosas relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, ao credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação, estimulando a utilização dos meios de comunicação disponíveis para os registros de ocorrências que atentem contra o Código de Ética da CAIXA e a legislação específica em vigor;
- ✓ Contribuir para a conscientização dos danos causados ao ambiente em decorrência da intervenção humana, com abrangência a todas as partes interessadas da empresa;
- ✓ Formar parceria com fornecedores com foco na melhoria de processos para a redução e mitigação dos impactos econômicos, sociais, ambientais e climáticos diretos e indiretos em suas atividades. de gestão socioambiental;
- ✓ Definir meios que contribuam para redução do consumo dos recursos naturais utilizados na empresa, adotando medidas adequadas à destinação de resíduos, sem prejuízo das condições de trabalho e sem alteração do padrão tecnológico atual;
- ✓ Incentivar a logística inversa e logística reversa;
- ✓ Atuar junto aos fornecedores para induzir a adoção de boas práticas de práticas que visem à mitigação das mudanças climáticas e à segurança hídrica, como a análise dos riscos e oportunidades e a ampliação de conhecimentos e experiências;
- ✓ Priorizar o consumo sustentável de recursos naturais e de materiais nos processos internos e nas contratações de bens e serviços;
- ✓ Incentivar a redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, bem como à aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis, que favoreçam a economia de insumos e energia, produzam menos poluentes e utilizem o conceito de tecnologia ou produção mais limpa, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos;
- ✓ Contribuir para a proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos e da biodiversidade e desenvolvimento de soluções que promovam uma economia de baixo carbono;
- ✓ Incluir na política de relacionamento com fornecedores, observadas as exigências legais, como variáveis de seleção e avaliação, questões sobre relações trabalhistas: não utilização de trabalho infantil em quaisquer atividades, nem mão de obra em condição de trabalho degradante ou análoga à escravidão. E ainda, questões que promovam melhorias nos processos de maneira a reduzir e/ou mitigar impactos ambientais diretos e indiretos em suas atividades; estimulando os fornecedores a replicarem essas considerações também em seus contratos, criando um círculo virtuoso de conscientização social;
- ✓ Priorizar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e redução do consumo de energia e água nas contratações de obras e serviços de engenharia, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental;
- ✓ Priorizar, nos limites legais, os fornecedores que não comungam com práticas que infrinjam os direitos humanos e, também, que contribuam para a conservação ambiental e para a proteção à biodiversidade e que combatam a exploração ilegal e predatória das florestas;

- ✓ Contribuir para erradicação do trabalho infantil, do trabalho forçado ou análogo ao escravo, promovendo discussão acerca desses temas com fornecedores, estimulando-os a cumprirem a legislação;
- ✓ Definir meios que permitam a realização de campanhas de conscientização para todos os fornecedores, de forma que fique explicitado o repúdio da CAIXA à mão de obra infantil e à mão de obra escrava;
- ✓ Contribuir para a erradicação de políticas ilegais, imorais e antiéticas, promovendo a divulgação de iniciativas de combate à corrupção e propina, com ações de educação para todas as partes interessadas – como fornecedores, clientes e consumidores, entre outros –, disseminando o tema e orientando sobre a utilização de ferramentas correlatas.

NOSSOS VALORES ÉTICOS

A CAIXA elaborou o seu Código de Ética, que tem por objetivo sistematizar os valores éticos que devem nortear a condução dos negócios, orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos.

Compartilhamos com você, que poderá ser um parceiro da CAIXA, os valores éticos que nortearão a nossa relação.

RESPEITO

- ✓ As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade.
- ✓ Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.
- ✓ Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, sexo, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.
- ✓ Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a CAIXA.
- ✓ Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor próprio e a sua integridade moral.
- ✓ Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

HONESTIDADE

- ✓ No exercício profissional, os interesses da CAIXA estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.
- ✓ Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.

- ✓ Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.
- ✓ Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da CAIXA e comprometam o seu corpo funcional.
- ✓ Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto.
- ✓ Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da CAIXA, sob qualquer pretexto.

COMPROMISSO

- ✓ Os dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais.
- ✓ Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.
- ✓ Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.
- ✓ Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.
- ✓ Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.
- ✓ Preservamos o sigilo e a segurança das informações.
- ✓ Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.
- ✓ Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

TRANSPARÊNCIA

- ✓ As relações da CAIXA com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.
- ✓ Como Empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.
- ✓ Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.
- ✓ Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.
- ✓ Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

RESPONSABILIDADE

- ✓ Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a CAIXA de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.
- ✓ Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.
- ✓ Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.
- ✓ Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0367/2025 - GEFUB**AVISO PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) EM 17/06/2025**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Diretoria Executiva de Pessoas da Vice-Presidência Pessoas da Caixa Econômica Federal realizará CONVÊNIO, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e das exigências estabelecidas neste edital.

A **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, doravante denominada **CAIXA**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, torna pública a abertura do presente Chamamento Público, que, por intermédio da Diretoria Executiva de Pessoas da Vice-Presidência de Pessoas da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, realizará processo de habilitação e classificação, com vistas a assinar Termo de Convênio com empresas especializadas para prestação dos serviços especificados no OBJETO deste edital.

O presente procedimento será regido pelas Leis Federais nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e 8.429, de 02/06/1992; Decreto 8.945, de 27/12/2016, pela Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral e pelo Regulamento de Licitações e Contratos CAIXA - RLCC, obedecidas às condições fixadas neste Edital e Anexos.

DA DIVULGAÇÃO NO PORTAL DE LICITAÇÕES DA CAIXA

O CHAMAMENTO PÚBLICO 367/2025, ESTÁ SENDO PUBLICADO, NO PORTAL DE LICITAÇÕES DA CAIXA, DENTRO DA ABA DE CREDENCIAMENTO, QUE LEVA O MESMO NÚMERO DO CHAMAMENTO PARA QUE SE CUMpra O PRINCÍPIO DA AMPLA PUBLICIDADE E DA ISONOMIA.

AS REGRAS PARA CADASTRAMENTO NO PORTAL DE LICITAÇÕES DA CAIXA, PARA EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR DO CHAMAMENTO, BEM COMO PARA VINCULAÇÃO DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL, SERÃO DESCRITAS, FAZENDO REFERÊNCIA A PALVRA CREDENCIAMENTO, PORÉM, LEIA-SE CHAMAMENTO. É APENAS PARA FICAR ADEQUADO AO SISTEMA. MAS, SE TRATA DE CHAMANETO PÚBLICO.

O CHAMAMENTO PÚBLICO 367/2025, EM ALGUNS MOMENTOS, PODE SER CHAMADO DE CREDENCIAMENTO 367/2025. NA VERDADE, O CHAMAMENTO ESTÁ SENDO REALIZADO DENTRO DA FERRAMENTA OPERACIONAL DO CREDENCIAMNETO.

A CECOT, ÁREA DE CONTRATAÇÕES DA CAIXA, CONCEDEU O PORTAL DE LICITAÇÕES DA CAIXA PARA A DIVULGAÇÃO E PROCESSAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO 367/2025.

O inteiro teor do Edital do Chamamento e seus anexos estão disponíveis na internet no endereço eletrônico da CAIXA – www.licitacoes.caixa.gov.br, no quadro “*Pesquisa do Certame*”, selecionar a modalidade “*Credenciamento/Pré-Qualificação*”, informar os

parâmetros de pesquisa desejados e clicar no botão “*Pesquisar*”, após localizar o Credenciamento desejado nº **367/2025** acionar o link **367/2025-5688** disponível na coluna “*Nº Certame*”; os documentos ficam disponíveis para *download* na Aba “*Instrumento Convocatório*”.

A vigência do Chamamento terá início a partir da publicação do aviso no DOU.

O Chamamento permanecerá vigente, por prazo de até 5 anos, enquanto houver necessidade pelos serviços, de acordo com a conveniência e oportunidade para a CAIXA.

O prazo para vinculação da documentação, exclusivamente pelo Portal Licitações CAIXA, iniciará no dia 17/06/2025 às 08h00, mim e encerrará no dia 01/07/2025 às 16h00min.

É indispensável para a participação neste Chamamento realizar previamente o CADASTRO e a CERTIFICAÇÃO, conforme item 3.

A qualquer tempo e com aviso prévio, de **15 dias** antes do ato, a ser publicado no Portal Licitações CAIXA, a CAIXA pode suspender, revogar ou encerrar o Chamamento.

Poderá ser apresentado(a) **IMPUGNAÇÃO** ao Edital deste Chamamento até o dia 26/06/2025, mediante petição a ser enviada exclusivamente pelo Portal Licitações CAIXA – www.licitacoes.caixa.gov.br.

Poderá ser apresentado(a) **QUESTIONAMENTO** ao Edital deste Chamamento até o dia 26/06/2025, mediante petição a ser enviada exclusivamente pelo Portal Licitações CAIXA – www.licitacoes.caixa.gov.br.

Poderá ser apresentada **CONTESTAÇÃO** aos atos decorrentes do Chamamento por meio de simples petição, a ser enviada exclusivamente pelo Portal Licitações CAIXA – www.licitacoes.caixa.gov.br, endereçada ao Licitador no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, para os casos descritos neste Edital.

A CAIXA publicará os resultados de habilitação na forma do item 5.5 do Edital.

Qualquer alteração nas condições do Chamamento será divulgada e publicada pela mesma forma em que se deu a do texto original.

1.DO OBJETO

1.1 Chamamento Público para firmar convênio com Empresas de Planos de Saúde Veterinário, doravante denominadas, Empresas de Planos Pet, visando à concessão de benefícios na forma de descontos e vantagens nos planos de saúde e serviços para animais de estimação dos empregados da Caixa Econômica Federal.

1.2 O interesse é que a empresa atue, preferencialmente, de forma nacional, sendo considerado como critério de pontuação, o maior número de regiões Brasileiras cobertas pela empresa. A empresa deverá obrigatoriamente atender aos critérios e exigências deste edital e seu Termo de Referência (Anexo I).

1.3 As informações sobre a empresa deverão ser preenchidas no Anexo II que deverá ser devidamente preenchido, assinado e fazer parte dos documentos de habilitação da empresa. Sendo, obrigatoriamente, vinculado no portal de licitações como parte integrante dos documentos de habilitação.

1.4 Anexos do Edital

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	INFORMAÇÕES RELATIVA À EMPRESA
ANEXO III	MODELO DE DECLARAÇÃO
ANEXO IV	TERMO DE CONVÊNIO
ANEXO V	TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
ANEXO VI	PLANO DE TRABALHO

2 .DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CONVÊNIO

2.1 Será vedada a participação de empresas:

- 2.1.1 Em recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; exceto aquelas que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor;
- 2.1.2 Que esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- 2.1.3 Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da CAIXA;
- 2.1.4 Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.1.5 Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.1.6 Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.1.7 Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.1.8 Que tiver nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

- 2.2 Aplica-se também a vedação prevista no subitem 3.3 acima à participação de empregado CAIXA ou dirigente em procedimentos licitatórios, na condição de licitante/conveniada, assim como, à empresa, cujo proprietário, mesmo na condição de sócio:
- I. Seja empregado CAIXA ou dirigente, como pessoa física;
 - II. Tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses;
 - III. Tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da CAIXA;
 - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
- 3.4.1 É vedada também participação de empresas incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 2.4.1 É vedada também participação de empresas incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

3 DO CADASTRO, DA RECUPERAÇÃO DE SENHA E DO ENVIO DE DOCUMENTOS

- 3.1 O Manual Portal de Licitações CAIXA – Licitante Pessoa Jurídica, com o passo a passo das funcionalidades do sistema está disponível para download no Portal de Licitações CAIXA - <http://www.licitacoes.caixa.gov.br>, juntamente com o Edital.
- 3.1.1 Além do Manual acima, demais manuais para utilização do Portal de Licitações CAIXA, com os “Tutoriais” que apresentam o passo a passo das funcionalidades do sistema estão disponível para download no Portal de Licitações CAIXA - www.licitacoes.caixa.gov.br, na aba “O que é”, link “Tutoriais”, bem como na Área Logada do sistema, em TUTORIAL, link “Manual do Sistema”.
- 3.2 O cadastramento para acesso ao Portal Licitações CAIXA é realizado em primeiro lugar, obrigatoriamente, para a Pessoa Física (CPF), que após concluído o cadastro, deverá vincular e cadastrar a Pessoa Jurídica que participará do presente certame.
- 3.2.1 A nova sistemática de autenticação no Portal de Licitações CAIXA unifica login e senha para acesso a vários sistemas, dentre eles FGTS CAIXA, CAIXA TEM e LOTERIAS. Para usuários cadastrados nesse sistemas, utilize o mesmo login e senha para acesso ao Portal de Licitações CAIXA.
- 3.2.2 A Pessoa Física, após seu cadastro, somente poderá cadastrar a Pessoa Jurídica (CNPJ) em que configure como sócio, podendo depois designar representantes e equipe de usuários.

- 3.3 O **CADASTRO** é realizado no site da CAIXA, acessando o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme as seguintes etapas: no quadro “NÃO SOU CADASTRADO”, acione o botão “CRIE SUA CONTA”, na próxima tela, selecione o campo “CADASTRE-SE”, siga as telas informando: CPF, NOME COMPLETO, TELEFONE CELULAR, DATA DE NASCIMENTO, E-MAIL, na sequência defina a SENHA de 6 números, preencha os dados do PRÉ-CADASTRO, anexe a documentação de habilitação obrigatória de Pessoa Física (Cópia do documento de Identidade) utilizando a extensão de arquivo .jpg ou .pdf, selecione as ÁREAS DE INTERESSE, confirme o aceite do TERMO DE ADESÃO e acione “CONCLUIR CADASTRO”.
- 3.3.1 Para cadastrar pessoa Jurídica, o SÓCIO de uma empresa deve acessar seu cadastro de Pessoa Física, e selecionar o campo “ACESSAR A ÁREA PESSOA JURIDICA”, na sequência, acionar o botão VINCULAR NOVO CNPJ, preencher o formulário para cadastro da pessoa jurídica a ser vinculada à Pessoa Física, anexar a documentação de habilitação mínima obrigatória de pessoa jurídica (Cartão CNPJ e Contrato Social), utilizando a extensão de arquivo .jpg ou .pdf, selecionar as ÁREAS DE INTERESSE, confirmar o aceite do TERMO DE ADESÃO e acionar “CONCLUIR CADASTRO”.
- 3.4 Toda a validação cadastral é realizada com sincronia com o banco de dados da Receita Federal, portanto concluído o cadastro não é necessário se dirigir a uma agência da CAIXA.
- 3.4.1 Se as informações estiverem desatualizadas, deverão ser corrigidas junto à Receita Federal.
- 3.5 Para recuperar a senha de acesso ao sistema, acesse o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br e siga os seguintes passos: em “ÁREA LOGADA” acione o botão “ENTRAR”, informe o CPF/Continuar, em seguida “RECUPERAR SENHA”. Na tela apresentada digite o CPF/Continuar e informe o E-MAIL/Continuar.
- 3.5.1 O usuário receberá no e-mail cadastrado mensagem com LINK PARA REDEFINIÇÃO DE SENHA, caso não seja recepcionado, pesquise também na pasta SPAM de sua conta de e-mail. Efetue a troca de senha obrigatório informando nova senha com 6 dígitos numéricos.
- 3.6 Se tiver dificuldades, entre em contato com o Atendimento CAIXA, pelos telefones 4004 0104 para capitais e regiões metropolitanas ou 0800 104 0104 demais regiões.
- 3.6.1 Digite o CPF, depois a opção 6 (Suporte aos aplicativos, sites, Caixa Eletrônico ou SMS), depois a opção 5 (Atendimento a FIES, outros sites e aplicativos), e por fim a opção 4 (Acesso aos aplicativos).
- 3.7 A **DOCUMENTAÇÃO** de habilitação deve ser enviada exclusivamente por meio do Portal Licitações CAIXA – www.licitacoes.caixa.gov.br. Os detalhes do credenciamento estão disponíveis na área pública do Portal de Licitações CAIXA – www.licitacoes.caixa.gov.br, no quadro “*Pesquisa do Certame*”, selecionar a modalidade “*Credenciamento/Pré-Qualificação*”, informar os parâmetros de

pesquisa desejados - Procedimento: **367** Ano: **2025** e clicar no botão “*Pesquisar*”. Após localizar o Credenciamento nº 367/2025, acionar o **link 367/2025-5688 para o item em que está participando**, disponível na coluna “*Nº Procedimento*”, com as seguintes abas:

- 3.7.1 Aba Instrumento Convocatório – são publicados o edital, suas retificações, anexos do edital, documentos editáveis.
- 3.7.2 Aba Impugnação – local público para registrar impugnações ao edital, no prazo estabelecido no preâmbulo.
- 3.7.3 Aba Questionamentos – local público para registrar questionamentos ao edital, no prazo estabelecido no preâmbulo.
- 3.7.4 Aba Habilitação - local público onde são registrados os resultados de habilitação e inabilitação dos licitantes.
- 3.7.5 Aba Contratos - local público onde são registrados os contratos assinados.
- 3.7.6 Aba Avisos – local público onde são registrados os avisos referentes ao Credenciamento.
- 3.8 Para **ACESSAR** a área logada do Portal de Licitações CAIXA em www.licitacoes.caixa.gov.br, no quadro “ÁREA LOGADA”, acione o botão “ENTRAR”, na próxima tela aparecerá seu e-mail para o recebimento de “Código de Validação”. Use o código para dar sequência ao Login; em seguida clique em “Login – Fornecedor e Comprador” entre com a senha.
- 3.8.1 Acesse a área Pessoa Jurídica – CNPJ Vinculado(s). Marque a Modalidade “Pré-Qualificação/Credenciamento/Consulta Pública”. A documentação de habilitação, deve constar no repositório de documentos que fica no quadro “Cadastro/Acesso – clique em “Meu Cadastro”.
- 3.8.2 Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve atentar para a conferência sempre que for participar de um certame.
- 3.8.3 A inserção da documentação de habilitação no REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS poderá ocorrer a qualquer tempo acessando o ícone MEU CADASTRO na área logada do fornecedor, entretanto a vinculação dos documentos de habilitação ao certame de interesse deverá ser realizada até o dia e a hora indicados no preâmbulo do edital.
- 3.8.4 Toda a **DOCUMENTAÇÃO** para habilitação no Credenciamento, definida nos itens 4.2.1 a 4.6, deve ser enviada **preferencialmente** por meio de **único arquivo**, com extensão “.pdf” ou “arquivo zipado”, sendo os documentos ordenados na sequência em que são solicitados e nomeados conforme seus títulos no Edital.
- 3.8.4.1 Esse arquivo único poderá ser gravado no REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS usando qualquer um dos “Tipo Documento” listados: “Documentação de Habilitação Técnica para a modalidade de Pré-Qualificação/Credenciamento 1,

2, 3 ou 4”.

- a) Se o tamanho do arquivo ultrapassar “200 MB (megabites), crie e envie quantos arquivos forem necessários, até completar toda a documentação;
- b) Atenção para o padrão de extensão de arquivos compatíveis: doc, docx, ods, odt, pdf, rtf, txt, xls, xlsx, dwg, e .zip, limitados ao tamanho de 200 MB.
- c) Atenção para arquivos com extensões diferentes, principalmente fotos (jpg, img); esses arquivos devem ser compactados para serem enviados.
- d) Se necessário, utilize arquivo compactado com extensão “zip”. Arquivo compactado com a extensão .rar e outros de mesma natureza não são aceitos. Arquivos compactados devem ser renomeados com nomes simplificados.
- e) Seguindo as orientações acima, caso o sistema apresente algum problema e não efetive a recepção do arquivo, pode ocorrer que o arquivo esteja corrompido e, na tentativa de regularização, orientamos realizar alguma alteração no arquivo, salvá-lo com outro nome e realizar nova tentativa.

3.8.5 Para vincular a **DOCUMENTAÇÃO** de habilitação o interessado deve efetuar login no Portal Licitações CAIXA, em www.licitacoes.caixa.gov.br . Marque o CNPJ da Empresa. Marque a modalidade “Pré-Qualificação/Credenciamento/Consulta Pública. Na área logada, no quadro “Credenciamento/Pré-Qualificações”, acione o link “Participar”. Escolha o procedimento nº 367/2025. Clique em “Participar”. Na próxima tela, marque as Declarações. Clique em “Vincular Documentação”. Selecione **toda** a documentação que foi previamente salva no cadastro (item 3.8.4 acima). Clique em “Confirmar”, depois clique em “Confirmar Participação”, na tela seguinte confirme a participação clicando em “Sim”. Receberá mensagem “Operação realizada com sucesso”.

3.8.5.1 Caso o licitante deseje alterar seus documentos ou incluir novos documentos, deverá excluir os documentos já enviados e refazer a operação de vinculação de documentos envolvendo todos os documentos de uma única vez.

3.8.6 O ordenamento das licitantes para a execução dos procedimentos de credenciamento se dará de acordo com a data e hora do último acesso registrado automaticamente pelo Portal de Licitações CAIXA, devido à ação do licitante realizada conforme o item 3.8.5.

4 DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

4.1 Para fins de habilitação no certame, o licitante terá de satisfazer os requisitos abaixo e manter a documentação de habilitação no repositório de documentos localizado no Cadastro do Licitante. Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de um procedimento:

- habilitação jurídica;
- regularidade fiscal em âmbito federal;
- qualificação técnica;
- qualificação econômico-financeira;
- cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal.

4.1.1 O Credenciamento da Licitante no SICAF e o cadastramento em cada nível são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Econômico-Financeira:

Nível I – credenciamento: nível básico e pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis;

Nível II – o registro regular nesse nível supre as exigências de Habilitação jurídica;

Nível III – o registro regular nesse nível supre as exigências de Regularidade Fiscal em âmbito federal;

Nível VI – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação Econômico-Financeira, em relação à Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/Extrajudicial.

4.1.2 A comprovação do credenciamento e cadastramento em cada nível do SICAF dar-se-á mediante a verificação, pelo Licitador, da validade dos documentos necessários, por intermédio de consulta ‘on line’ no SICAF, opção “Consulta” >> “Situação do Fornecedor”.

4.1.3 Caso não seja possível efetuar a consulta de algum documento ou nível de cadastro no SICAF, ou na hipótese de aquele estar vencido, a licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) vencido(s)/faltante(s) juntamente com os demais documentos pelo Portal Licitações CAIXA.

4.2 A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá em:

4.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

4.2.2 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

4.2.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.2.4 Cópia do documento de identidade dos responsáveis técnicos e legais.

4.3 A documentação relativa à **regularidade fiscal** consistirá em:

4.3.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.3.2 prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União –

CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND), na forma da lei.

4.3.3 Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

4.4 A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:

4.4.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da Justiça Comum Estadual da sede da pessoa jurídica, com validade expressa no próprio documento ou, no caso de omissão, que tenha sido expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;

4.5 A **qualificação técnica** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

4.5.1 As Empresas de Planos Pet interessadas em conceder descontos na forma deste edital deverão encaminhar manifestação de interesse diretamente no Portal de Licitações da CAIXA, pelo endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, *conforme orientações do item 03*, no prazo proposto por esse edital, a contar de sua publicação, acompanhada dos seguintes documentos:

4.1.1. Apresentação da empresa na qual conste tempo de existência, estrutura, localidade, rede credenciada e sua distribuição, planos e serviços disponíveis;

4.1.2. A proposta deverá conter o percentual de desconto para adesão nos planos e serviços oferecidos como forma de estímulo aos empregados para adesão aos serviços.

4.1.2.1. Caso a Empresa proponente seja conveniada, o percentual de desconto apresentado na proposta será aplicado sobre o menor valor ofertado pela empresa para o plano a ser contratado pelo empregado CAIXA.

4.1.2.2. Inclusive, se a empresa oferecer outros descontos ou vantagens, o desconto firmado no convênio deverá incidir sobre esse valor.

4.1.2.2. A Empresa deve apresentar na proposta o menor valor oficial dos planos e serviços oferecidos, bem como o maior valor oficial dentre os planos e serviços ofertados em seu portfólio, ambos sem aplicação de desconto e praticados no momento da apresentação à CAIXA.

4.1.2.3 A Empresa deverá apresentar também os seguintes documentos:

- I. O documento ANEXO II preenchido - Informações Relativas à Empresa De Planos Pet - Manifestação de Interesse preenchido e assinado;
- II. Documento em formato de tabela Excel com a rede credenciada com nome do estabelecimento, telefone, endereço e tipo (se clínica e/ou laboratório), distribuída por município e estado da federação.
- III. Documento em PDF com a descrição dos planos e serviços ofertados em portfolio, além dos preços vigentes na data do envio.

4.1.2.4 Para sua habilitação, a Empresa também deverá apresentar:

- I. Declaração, Anexo III, de que a empresa não se encontra em uma das hipóteses elencadas no subitem 2.1 deste edital.
- II. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, observando a possibilidade do SICAF do item 4.1.1.

III.Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), observando a possibilidade do SICAF do item 4.1.1.

IV.Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND), na forma da lei, observando a possibilidade do SICAF do item 4.1.1.

V.Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, observando a possibilidade do SICAF do item 4.1.1.

4.2 A Empresa de Planos Pet conveniada deverá ceder à CAIXA, a qualquer tempo antes ou durante a vigência do convênio, a documentação descrita neste edital ou outras indicadas pela CONVENIENTE para a comprovação dos requisitos contidos neste instrumento.

4.3 Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

4.3.1 Os documentos citados no subitem 4.5 e seguintes acima, quando de procedência estrangeira e emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

4.3.2 Para os documentos públicos estrangeiros não se aplica a exigência de legalização consular, ou seja, o reconhecimento de assinatura ou autenticação pela autoridade consular ou diplomática, sendo exigida tão-somente a aposição de Apostila que consiste em anotação, selo ou carimbo dado pela autoridade competente do país de onde o documento é originário, nos termos do [Decreto nº 8.660, de 29 de Janeiro de 2016](#).

4.4 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será suprido pela declaração da Licitante, nos termos do ANEXO III de que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

4.5 A Licitante deverá apresentar ainda no Portal Licitações CAIXA os seguintes documentos assinados:

a) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e de Responsabilidade Socioambiental (Anexo V).

b) (Anexo III)

4.6 Para as Licitantes credenciadas e cadastradas em cada nível do SICAF, a verificação da validade da documentação de habilitação jurídica, fiscal e econômico-financeira dar-se-á mediante consulta “on line” ao Sistema, devendo os demais documentos serem apresentados no Portal Licitações CAIXA;

5 DOS ATOS DO CHAMAMENTO

- 5.1 A Licitante interessada em participar do procedimento, deverá vincular a documentação exigida para a habilitação, por meio do link PARTICIPAR, e em sua área logada no Portal Licitações CAIXA, acionando o botão VINCULAR DOCUMENTAÇÃO.
- 5.2 A documentação para fins de habilitação será examinada pela área responsável, a partir da ordem de recebimento no Portal Licitações CAIXA.
- 5.3 O Licitador efetuará a consulta ao SICAF acerca da situação de cada pessoa jurídica participante do presente processo de Credenciamento.
- 5.3.1 As Licitantes não credenciadas no SICAF terão sua situação analisada por intermédio da documentação apresentada na forma do item 4 e seus subitens.
- 5.4 A fim de verificar se existe restrição da Licitante ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos a Administração Pública, serão efetuadas as seguintes consultas, sem prejuízo de verificação dessa restrição por outros meios:

- CEIS/CNEP/CEPIM - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/ Cadastro Nacional de empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo - <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes>;

- CNCIA – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, constante no endereço eletrônico do CNJ – Conselho Nacional de Justiça – www.cnj.jus.br/, em “Sistemas”, “Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade” e “Consulta Requerido / Condenação”, seleciona esfera “TODOS(AS)”;

- SICOW – Sistema interno da CAIXA que permite verificar se há impedimento de o interessado licitar e contratar com esta Empresa Pública.

5.4 No que consiste à análise técnica da empresa licitante, a análise da manifestação de interesse da Empresa de Planos Pet consistirá nas seguintes etapas:

5.4.1. Verificação da apresentação da documentação exigida, conforme itens 3 e 4.

5.4.2. Verificação da Rede Credenciada por Unidade da Federação e dos planos e serviços ofertados, de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência.

5.4.2.1 A Proposta que não ofertar os serviços mínimos contidos no Anexo I – Termo de Referência será desclassificada.

5.4.2.2 A classificação das empresas observará a seguinte ordem:

1º	maior percentagem de desconto;
2º	abrangência nacional;
3º	se não for abrangência nacional, maior quantidade de unidades da federação com rede credenciada;
4º	se houver empate após apuração dos critérios acima, maior número de rede credenciada.

5.4.3. Confirmado o atendimento aos requisitos do Edital, declara-se a habilitação da empresa e segue para assinatura do termo de convênio com a CAIXA, em até 5 (dias) dias úteis a partir da comunicação enviada pela CAIXA.

5.5. A lista das Empresas de Planos Pet habilitadas será divulgada no endereço eletrônico <https://licitacoes.caixa.gov.br/sicve-web/public/view/portal/portal.jsf>.

5.5.1. Serão chamadas à assinatura de convênio, **no máximo, as 5 (cinco) Empresas Planos Pet** habilitadas e mais bem classificadas, de acordo com os critérios de pontuação.

5.6 Concluída a análise e julgamento da documentação, será publicado o resultado do Chamamento, com a indicação das Licitantes habilitadas e inabilitadas, com as respectivas razões da inabilitação, por meio de publicação no Portal Licitações CAIXA.

5.6.1 O resultado ficará registrado na Área logada da Pessoa Jurídica, no quadro “Minhas Pré-Qualificações/Credenciamento, para o certame 367/2025, na opção “Situação”

5.7 A Licitante inabilitada, caso queira, poderá contestar e apresentar a documentação que motivou sua inabilitação (documentação complementar), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do julgamento.

5.7.1 A documentação complementar, deve ser inserida exclusivamente pela área logada do licitante no Portal de Licitações Caixa, por meio da opção “Enviar documentação complementar” que ficará disponível no prazo de cinco dias úteis acima.

5.7.2 No caso da Licitante inabilitada que apresentar a documentação complementar, a data a ser considerada para ordenamento no banco de credenciadas será a última data de apresentação da documentação, escoimada das causas que ensejaram sua inabilitação.

5.8 Não serão permitidos adendos ou alterações na documentação que tiver sido apresentada, ressalvada a faculdade de o Licitador promover diligências para a obtenção de informações e esclarecimentos complementares de quaisquer das Licitantes participantes.

5.9 A CAIXA poderá, a qualquer tempo, verificar e solicitar demonstração da veracidade das informações prestadas por atestados, certidões, declarações e

cópias de trabalhos realizados, bem como solicitar outros documentos ou a revalidação dos fornecidos.

6 DA INABILITAÇÃO

6.1 Será inabilitada a Licitante que:

6.1.1 não comprove a regularidade da documentação de habilitação por ocasião de sua verificação.

6.1.2 possua registro de ocorrência que a impeça de licitar e contratar com a CAIXA ou com a União, ou que esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que tenha sido declarada inidônea pela União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.1.3 deixe de apresentar a documentação/informações solicitadas na data fixada ou apresente-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste edital.

6.2 que se enquadre em qualquer das situações mencionadas no item 2.1 e seguintes.

6.3 A inabilitação da Licitante importará preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes, contudo, não impedirá sua participação na próxima oportunidade de Chamamento, se houver, desde que atenda às condições de habilitação e demais exigências do instrumento convocatório.

7 DO ORDENAMENTO DAS CREDENCIADAS PARA O CHAMAMENTO

7.1 O ordenamento das pessoas jurídicas habilitadas para compor o banco de conveniadas se dará de acordo com a classificação da empresa, conforme regras dispostas nesse edital.

7.2 No caso de a Licitante inabilitada que apresentar a documentação complementar, será também observado, além dos critérios de pontuação, a quantidade de empresas que se deseja conveniar. Podendo se manter um banco de empresas habilitadas, mas que não assinaram termo de convênio, tendo em vista a quantidade máxima de 5 empresas que devem assinar.

7.2.1 O banco, além das 5 empresas, se houver, será mantido, para caso, a CAIXA e a empresa tenham interesse, se assine, dentro da validade do chamamento, Termo de Convênio.

7.2.2 A convocação, se houver, se dará na ordem de classificação das empresas habilitadas.

8 DO DIREITO DE PETIÇÃO/ CONTESTAÇÕES

8.1 Os interessados que quiserem contestar algum ato decorrente do Credenciamento poderão fazê-lo por meio de simples petição, a ser enviada

exclusivamente pelo Portal Licitações CAIXA – www.licitacoes.caixa.gov.br, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, por meio da opção “Questionamento/Contestação”, para os casos de:

- 8.1.1 habilitação ou inabilitação do interessado;
- 8.1.2 anulação ou revogação do Credenciamento;
- 8.1.3 penalidades aplicadas;
- 8.1.4 ilegalidade ou abuso de poder.
- 8.2 A intimação dos atos relativos à habilitação ou inabilitação do(s) interessado(s) do Credenciamento e a resposta ao pedido do interessado é feita pelo Portal Licitações CAIXA, não sendo atribuído efeito suspensivo ao Chamamento Credenciamento.

9 DA ASSINATURA DO TERMO DE CONVÊNIO

- 9.1. O convênio com a Empresa de Planos Pet previamente habilitada será formalizado mediante assinatura de Termo de Convênio, conforme modelo constante do Anexo IV deste edital, após convocação formal pela Caixa Econômica Federal.
- 9.2. Ao se conveniar, a Empresa de Planos Pet declara concordar com os termos deste edital e do Termo de Convênio.
- 9.2 Ficam impedidas de ser conveniadas as Licitantes que se enquadrem em qualquer das situações mencionadas no item 2.1.
- 9.3 No ato da assinatura do Termo de Convênio (TC), a proponente conveniada deverá:
- 9.5.1 Firmar a declaração de vedação ao nepotismo, que consta anexada ao final da minuta do TC (Anexo IV).
- 9.6 Por ocasião da contratação, a CAIXA fará pesquisa ao SICAF, CEIS, CNEP, CEPIM, SICOW e CNCIA para verificação das condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, sendo fator impeditivo da contratação qualquer irregularidade constatada junto aos referidos sistemas. Exceto, ao SICAF que será opcional, no caso de a empresa ter atendido aos requisito de habilitação dos níveis I, II, II e VI.
- 9.7 As Licitantes habilitadas e convocadas terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pela CAIXA, para assinatura do Termo de Convênio.
- 9.8 A recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo implicará o descredenciamento da Licitante.

- 9.9 Poderá a Licitante perder a sua condição de habilitada até a assinatura do convênio, se a CAIXA tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente, só conhecido após o julgamento, que desabone sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira ou técnica.

10 DO TERMO DE CONVÊNIO

- 10.1 O Termo de Convênio a ser firmado, cuja minuta (Anexo IV) integra o presente edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, sujeitando-se ao Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA e os preceitos de direito privado.
- 10.2 O prazo do Termo de Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data estabelecida para o início de sua vigência, podendo ser prorrogado, a critério da CAIXA e com a concordância da Conveniada, por períodos sucessivos, até o limite permitido na Lei nº 13.303/2016.
- 10.3. O Convênio poderá ser encerrado imediatamente pela CAIXA sem aviso prévio, em caso de a Parte conveniada requerer recuperação judicial ou ter decretada falência.
- 10.4. O Convênio poderá ser encerrado por qualquer das Partes, por interesse próprio, devidamente justificado, mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias corridos.
- 10.5 As condições de habilitação deverão ser mantidas durante toda vigência do contrato.
- 10.6 A documentação exigida neste edital deverá estar válida na data da assinatura do Termo de Convênio, cabendo à Licitante encaminhar, sempre que necessário, novos documentos para substituírem os que tenham seu prazo expirado.

11 DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONVENIADA, ALÉM DAS DO TERMO DE CONVÊNIO

- 11.1. As Empresas de Planos Pet deverão, dentre outros:
- 11.1.1. Conceder os benefícios na forma de descontos nos planos e serviços disponíveis aos empregados da CAIXA, conforme apresentado em sua proposta;
- 11.1.2. Disponibilizar informações à CAIXA para divulgação interna dos planos e serviços objetos deste convênio;
- 11.1.3. Comunicar à CAIXA a ocorrência de uma das situações previstas nos subitens 3.3 e 3.4 deste documento, durante o período de vigência do convênio, conforme prazo estabelecido no Termo de Convênio, observado o item 9 deste Edital; e

- 11.1.4 Oferecer aos empregados CAIXA qualquer condição especial que oferecer ao público em geral dentro do prazo de validade do convênio, acrescida dos benefícios constantes neste edital.
- 11.1.5 Disponibilizar mensalmente relatório com a rede credenciada e procedimentos cobertos, além da quantidade de empregados que fizeram adesão.
- 11.2 O não cumprimento recorrente das obrigações ensejará o encerramento do convênio com a Empresa de Planos Pet.

12 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIRO

- 12.1 O convênio não implica desembolso orçamentário e financeiro, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos entre a Caixa Econômica Federal e a Empresa de Planos Pet.

13 DA VIGÊNCIA DO CHAMAMENTO

- 13.1 A vigência do Chamamento terá início a partir da publicação do aviso deste Credenciamento no DOU.
- 13.2 O Chamamento permanecerá vigente, por prazo de até 5 anos, enquanto houver necessidade pelos serviços, de acordo com a conveniência e oportunidade para a CAIXA.
- 13.3 Na suspensão não será admitido o envio de documentação de habilitação de novas Licitantes, exceto para a proponente inabilitada que poderá reapresentar a documentação que motivou a sua inabilitação, em até 5 (cinco) dias úteis do julgamento da sua habilitação, por uma única vez.
- 13.4 A qualquer tempo e com aviso prévio, de 15 dias antes do ato, a ser publicado no Portal Licitações CAIXA, a CAIXA pode suspender, revogar ou encerrar o Chamamento.

14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1 A Credenciada que se recusar, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo estabelecido no edital, será descredenciada.
- 14.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto do Termo de Convênio e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
 - I multa;
 - II suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

- 14.2.1 A sanção prevista no inciso II acima poderá ser aplicada juntamente com a sanção de multa.
- 14.3 As situações que ensejam as penalidades estão descritas na Minuta do Termo de Convênio (Anexo IV) deste edital.
- 14.4 A CONTRATADA ficará sujeita a sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, quando desatender os termos da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática dispostas no Termo de Convênio (ANEXO IV).

15 DOS ILÍCITOS PENAIS

- 15.1 As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

17 DA REVOGAÇÃO, OU ANULAÇÃO DO CHAMAMENTO

- 17.1 A CAIXA poderá revogar o presente Chamamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba aos(às) interessados(as), quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.
- 17.2 A anulação do procedimento de Chamamento induz à do contrato, e em decorrência dessa anulação as proponentes não terão direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

18 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1 Não haverá possibilidade de subcontratação para o objeto deste convênio ou da participação de empresas em regime de consórcio.
- 18.2 Após a assinatura do convênio, na reunião de início de execução do Termo, a CONVENIADA deverá indicar a relação dos nomes de no mínimo, 2 (dois) membros da equipe que efetivamente atuarão no convênio.
- 18.3 A CONVENIADA será responsável pela fiscalização e acompanhamento da regularidade, da sua rede credenciada, no que diz respeito aos cadastros e licenciamentos devidamente atualizados perante os órgãos fiscalizadores competentes, dentre eles: Alvará da Vigilância Sanitária, Alvará de Funcionamento perante o Município, Alvará de Vistoria ao Corpo de Bombeiros, Certificado do Departamento de Limpeza Urbana, bem como documentos internos necessários para o atendimento do objeto contratual, inscrição de responsabilidade técnica do profissional responsável em seu respectivo conselho e outras licenças exigidas pelos demais órgãos reguladores.

- 18.4 A CONVENIADA deverá disponibilizar atendimento aos empregados da CAIXA, no mínimo, em dias úteis, das 8h às 18h, mediante canal específico e por meio de profissionais capacitados e necessários para realizar os serviços objeto do convênio.
- 18.5. Respeitado o contexto de atuação, as partes devem atender ao disposto na legislação de regência da matéria, inclusive na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD - Lei 13.709/2018, na Lei de Crimes Ambientais - Lei 9.605/1998 e na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), nos termos constantes no site da CAIXA, notadamente no endereço: <https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/prsac-caixa/Paginas/default.aspx>.
- 18.6 Aplicam-se a esse respectivo convênio os ditames previstos na Lei nº 13.303, de 2016, e demais normas legais pertinentes.
- 18.7. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este convênio deverão ser enviados ao endereço eletrônico gefub@caixa.gov.br.
- 18.8. Para fins de oferecer maior publicidade e transparência ao presente convênio, este edital e seus Anexos serão disponibilizados no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 18.9 A CAIXA poderá, desde que não tenha conseguido suprir suas necessidades, a qualquer tempo e na forma da lei, realizar novos credenciamentos para municípios ou regiões específicos, por meio da divulgação de um novo Edital, mesmo nas localidades onde já existam credenciadas, posicionando, neste caso, as novas proponentes na ordem seqüencial após as proponentes credenciadas pelo presente Edital.
- 18.10 A participação no presente Credenciamento implica a concordância, por parte da proponente, com todos os termos e condições deste edital.
- 18.11 Para fins de comprovação das informações relativas à Licitante, a CAIXA poderá vistoriar a qualquer tempo as proponentes credenciadas.
- 1812 As Licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de sua documentação.
- 18.13 Não será permitida a utilização do malote da CAIXA para envio dos documentos, nem sua entrega nas Agências e outra(s) unidade(s) da CAIXA, ou em qualquer meio físico, nem será permitida entrega por e-mail.
- 18.14 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 18.15 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, exceto quando tiver sido explicitamente disposto em contrário.
- 18.16 Os prazos referidos neste Edital só se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil da localidade onde está situada a unidade da CAIXA promotora do Credenciamento.

- 18.17 É facultado ao Licitador ou autoridade superior da CAIXA, em qualquer fase do Credenciamento, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da documentação.
- 18.18 No caso de a empresa proponente não ter mais interesse em participar do banco de credenciadas, poderá solicitar o seu descredenciamento, por meio de comunicação formal à CAIXA.
- 18.19 É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados para participação neste certame, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

19 DO FORO

- 19.1 Para dirimir as questões oriundas deste credenciamento e do futuro Termo de Convênio será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal, Subseção Judiciária de Brasília.

Salvador, 17 de junho de 2025

Mosart Caldas Rodrigues Júnior
Gerente Nacional S.E.
FUNCEF e Benefícios

Henrique José Santana
Superintendente Nacional E.E.
Benefícios e Pagamentos

ANEXO I - Edital 367/2025-5688
TERMO DE REFERÊNCIA

(Não enviar este anexo junto com a documentação)

1 DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Chamamento firmar convênio com Empresas de Planos de Saúde Veterinário, doravante denominadas, Empresas de Planos Pet, visando à concessão de benefícios na forma de descontos e vantagens nos planos de saúde e serviços para animais de estimação dos empregados da Caixa Econômica Federal.

1.2 O interesse é que a empresa atue, preferencialmente, de forma nacional, sendo considerado também como critério de pontuação, o maior número de regiões Brasileiras cobertas pela empresa.

2 SERVIÇOS MÍNIMOS A SEREM OFERTADOS

2.1. A CAIXA tem atualmente cerca de 84 mil empregados ativos, que tratam todos e são tratados com respeito, transparência e honestidade, equilibrando aspectos sociais, culturais econômicos e ambientais, com o propósito de ser a instituição financeira pública que fomenta a inclusão e o desenvolvimento sustentável, transformando a vida das pessoas.

2.1.1 Nesse contexto, a CAIXA busca oferecer um portfólio de benefícios mais moderno e flexível, inclusive oportunizando, por adesão, beneficiar aqueles empregados que tenham animais de estimação, por intermédio da celebração de convênio com Empresas de Planos Pet que ofereçam planos de saúde veterinário, autorizados para operação na forma da lei vigente no país.

2.2 As Empresas de Planos Pet deverão oferecer, minimamente, em seus planos, dentre outros, os serviços descritos a seguir:

- a) Consultas e Exames de urgência e de rotina em Clínicas e Laboratórios Credenciados;
- b) Vacinas;
- c) Cirurgias;
- d) Internação.

2.2.1 Poderá ser oferecido reembolso aos serviços não contemplados nos planos ou realizado em rede não credenciada pela empresa de acordo com a tabela de serviços e de reembolsos praticado pela empresa.

3 DO TERMO DE ADESÃO AO CONVÊNIO

3.1 A CAIXA poderá credenciar as empresas selecionadas por meio de formalização de convênio.

3.2. O convênio com a Empresa de Planos Pet previamente habilitada poderá ser formalizado mediante assinatura de Termo de Convênio, conforme modelo constante do edital, após convocação formal pela Caixa Econômica Federal.

3.3 .Ao se conveniar, a Empresa de Planos Pet declara concordar com os termos do edital e do Termo de Convênio.

4 DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO OBJETO

4.1. As Empresas de Planos Pet deverão, dentre outros:

4.1.1. Conceder os benefícios na forma de descontos nos planos e serviços disponíveis aos empregados da CAIXA, conforme apresentado em sua proposta;

4.1.2. Disponibilizar informações à CAIXA para divulgação interna dos planos e serviços objetos deste convênio;

4.1.3. Comunicar à CAIXA a ocorrência de uma das situações previstas nos subitens 2.1 e 2.2 deste documento, durante o período de vigência do convênio, conforme prazo estabelecido no Termo de Convênio, observado o item 5 deste Edital; e

4.1.4 Oferecer aos empregados CAIXA qualquer condição especial que oferecer ao público em geral dentro do prazo de validade do convênio, acrescida dos benefícios constantes neste edital.

4.1.5 Disponibilizar mensalmente relatório com a rede credenciada e procedimentos cobertos, além da quantidade de empregados que fizeram adesão.

4.2 O não cumprimento recorrente das obrigações ensejará o encerramento do convênio com a Empresa de Planos Pet.

5 DO PRAZO

5.1. As Empresas de Planos Pet serão conveniadas a contar da data de assinatura do Termo de Convênio, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser renovado conforme interesse das Partes e mediante assinatura de termo aditivo de prorrogação de prazo.

5.2. O Convênio poderá ser encerrado imediatamente pela CAIXA sem aviso prévio, em caso de a Parte conveniada requerer recuperação judicial ou ter decretada falência.

5.3. O Convênio poderá ser encerrado por qualquer das Partes, por interesse próprio, devidamente justificado, mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias corridos.

5.4 As condições de habilitação deverão ser mantidas durante toda vigência do contrato.

6 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Não haverá possibilidade de subcontratação para o objeto deste convênio ou da participação de empresas em regime de consórcio.

6.2 Após a assinatura do convênio, na reunião de início de execução do Termo, a CONVENIADA deverá indicar a relação dos nomes de no mínimo, 2 (dois) membros da equipe que efetivamente atuarão no convênio.

6.3 A CONVENIADA será responsável pela fiscalização e acompanhamento da regularidade, da sua rede credenciada, no que diz respeito aos cadastros e licenciamentos devidamente atualizados perante os órgãos fiscalizadores competentes, dentre eles: Alvará da Vigilância Sanitária, Alvará de Funcionamento perante o Município, Alvará de Vistoria ao Corpo de

Bombeiros, Certificado do Departamento de Limpeza Urbana, bem como documentos internos necessários para o atendimento do objeto contratual, inscrição de responsabilidade técnica do profissional responsável em seu respectivo conselho e outras licenças exigidas pelos demais órgãos reguladores.

6.4 A CONVENIADA deverá disponibilizar atendimento aos empregados da CAIXA, no mínimo, em dias úteis, das 8h às 18h, mediante canal específico e por meio de profissionais capacitados e necessários para realizar os serviços objeto do convênio.

6.5. Respeitado o contexto de atuação, as partes devem atender ao disposto na legislação de regência da matéria, inclusive na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD - Lei 13.709/2018, na Lei de Crimes Ambientais - Lei 9.605/1998 e na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), nos termos constantes no site da CAIXA, notadamente no endereço: <https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/prsac-caixa/Paginas/default.aspx>.

6.6 Aplicam-se a esse respectivo convênio os ditames previstos na Lei nº 13.303, de 2016, e demais normas legais pertinentes.

6.7. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este convênio deverão ser enviados ao endereço eletrônico gefub@caixa.gov.br.

6.8. Para fins de oferecer maior publicidade e transparência ao presente convênio, este edital e seu Anexo I serão disponibilizados no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br.

ANEXO II - Edital 367/2025-5688**MODELO DE DECLARAÇÃO****(Envio obrigatório deste anexo)****INFORMAÇÕES RELATIVAS À EMPRESA DE PLANOS PET E MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE****1 - IDENTIFICAÇÃO:**

Razão social

CNPJ

1.1 - ENDEREÇO:

Rua, avenida, complemento e nº

Bairro	Município	UF	CEP
--------	-----------	----	-----

Telefone	Celular	Fax
----------	---------	-----

E-mail	Responsável Comercial
--------	-----------------------

2 - TITULARES (sócios e representantes legais da empresa):

Nome:		
Identidade:	Emissor:	CPF:

Nome:		
Identidade:	Emissor:	CPF:

Nome:		
Identidade:	Emissor:	CPF:

Nome:		
Identidade:	Emissor:	CPF:

3 – REQUISITOS/ PREMISSAS/ ANÁLISE

Oferece os Serviços Mínimos Exigidos conforme item 3.2 do Edital: SIM NÃO:
Abrangência Nacional: SIM: NÃO: - Se NÃO, atua em quantos estados
Opção de Reembolso: SIM NÃO:
Percentual de desconto mínimo oferecido:
MENOR valor oficial de plano mensal em portfólio R\$ Nome do plano: Documento/site de comprovação:
MAIOR valor oficial de plano mensal em portfólio R\$ Nome do plano: Documento/site de comprovação:
Quantidade de Unidades da Federação (UF) com Rede Credenciada Documento/site de comprovação:
Média Simples do número de credenciados pela quantidade de UF com Rede Credenciada Documento/site de comprovação:

4 - RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

4.1 - Declaramos que as informações acima condizem com a realidade, Ciência de que a manifestação de interesse no convênio implica na aceitação das condições e termos estabelecidos e que a Instituição atende aos requisitos do Edital de Chamamento ____/____, às condições de participação e às exigências mínimas, para realização do convênio.

_____, _____ de _____ de _____
Local/Data

[Nome e assinatura do proponente ou representante legal]
[identificação completa]

ANEXO III - Edital 367/2025-5688
MODELO DE DECLARAÇÃO
(Envio obrigatório deste anexo)

À
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Referência: Edital nº 367/2025 – Chamamento Público

A [RAZÃO SOCIAL/NOME]....., inscrito(a) no [CNPJ/CPF], por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO FORNECEDOR], DECLARA, em atendimento ao item 4.6 do Edital e sob as penas da lei, que:

- a) Recebeu os documentos que compõem o **Edital nº 367/2025** - Credenciamento e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste Credenciamento;
- b) Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar pela União, ou que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- c) Se obriga a informar a existência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação;
- d) Preenche todos os requisitos e condições constantes do Edital nº 367/2025 - Chamamento Público, com instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados para a execução do contrato, não se enquadrando em quaisquer das situações de impedimento nele previstas no item 2.1 do Edital;
- c) Não possui em seu quadro menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- d) Os documentos apresentados no Portal Licitações CAIXA são cópias fiéis dos correspondentes documentos originais e está ciente que na hipótese de declaração falsa, fica sujeita às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis; e
- e) Seu representante devidamente constituído responde por uma única **[adequar conforme o caso]** pessoa física/pessoa jurídica, para manifestação nos procedimentos de habilitação e demais fases e atos inerentes ao Credenciamento.

_____, _____ de _____ de _____
Local/Data

[Nome e assinatura do proponente ou representante legal]
[identificação completa]

ANEXO IV – Edital 367/2025-5688
MINUTA DO TERMO DE CONVÊNIO
(Não enviar este anexo junto com a documentação)

Termo de Convênio com Planos de Saúde Pet

**CONVÊNIO QUE FIRMAM ENTRE SI A
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E xxxxx**

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, com o CNPJ nº 00.360.305/0001-04, neste ato representado pelo(a) xxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxx e situada à SAUS QUADRA 3, BLOCO E, 6º ANDAR - ED MATRIZ II – CEP: 70.070-030 - BRASÍLIA/DF, doravante denominada CAIXA, e, de outro lado, xxxxxxxxx, registrada no Cadastro Nacional de pessoa jurídica, sob o nº (CNPJ) xxxxxxxxxx, neste ato representada pelo(a) Sr(a). xxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxxx, com sede na cidade de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada CONVENIADA, têm justo e acordado o quanto segue:

CAIXA e CONVENIADA, neste ato representadas na forma de seu Contrato Social, isoladamente referidas como “Parte” e em conjunto como “Partes”;

Considerando que:

(a) a CAIXA, alinhada aos objetivos e posicionamentos corporativos/negociais definidos no Plano Estratégico, deseja oferecer novos benefícios aos seus empregados, no intuito de contribuir com a retenção de talentos e melhorar a competitividade no mercado;

(b) a CAIXA deseja que seus empregados possam ter acesso a um portfólio variado e personalizado de benefícios que atendam às suas necessidades;

(c) a CONVENIADA deve atender às seguintes premissas definidas pela CAIXA:

- Não estar relacionada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- Não estar sob falência, concurso de credores ou em processo de dissolução ou liquidação;
- Apresentar certidão de regularidade fiscal (CND) emitida pela Receita Federal;
- Não estar incluída no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- Possuir inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- Ofertar planos e serviços de saúde pet em rede credenciada ampla ou o reembolso, se praticado pela empresa;
- Ofertar em seus planos, no mínimo, os serviços de Consultas e Exames de urgência e de rotina em Clínicas e Laboratórios Credenciados, Vacinas, Cirurgias e Internação.

(d) a CONVENIADA, por meio da oferta de seus planos de saúde e serviços veterinários aos animais de estimação dos empregados CAIXA, pode contribuir com o incremento do portfólio de benefícios disponibilizados pela CAIXA;

(e) a CAIXA tem interesse na adesão de seus empregados aos serviços oferecidos pela CONVENIADA como parte de seu projeto de melhor gestão de recursos humanos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Parágrafo Primeiro - As Partes firmam o presente CONVÊNIO, objetivando facilitar a adesão dos empregados da CAIXA nas opções de serviços prestados pela CONVENIADA, por meio da negociação de descontos sobre os preços dos planos e serviços ofertados.

Parágrafo Segundo - As Partes firmam o presente CONVÊNIO objetivando facilitar o acesso dos empregados da CAIXA aos planos e serviços oferecidos com desconto pela CONVENIADA.

Parágrafo Terceiro – A CONVENIADA oferecerá descontos em planos e serviços de saúde pet, nos termos deste Termo de Convênio e do Edital de Chamamento Público.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro – A CAIXA não efetuará nenhum tipo de pagamento, repasse financeiro ou consignação em folha de pagamento à CONVENIADA e nem dará qualquer tipo de garantia financeira pelos serviços prestados aos seus empregados, sendo o pagamento referente aos serviços prestados realizados pelo empregado diretamente à CONVENIADA, ficando assegurado à CONVENIADA a possibilidade de suspender o serviço na hipótese de o empregado não arcar com as responsabilidades firmadas no momento da adesão, independentemente de notificação.

Parágrafo Segundo – A CONVENIADA se compromete a oferecer descontos mínimos na adesão aos planos de XXX% (XXXXXXXX por cento), conforme proposta apresentada durante o certame, sobre o menor valor ofertado pela empresa para o plano a ser contratado pelo empregado CAIXA, entre o valor de tabela praticado pela empresa e o valor com eventual desconto obtido pelo empregado em negociação alheia a este Termo de Convênio e, no caso de aumento de preço de mensalidade, notificar os usuários ativos e a CAIXA com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência.

Parágrafo Terceiro – A CAIXA se compromete a divulgar, ao seu critério, aos seus empregados o convênio ora estabelecido, não podendo a Conveniada realizar comunicação em massa para o e-mail do público-alvo sem expressa autorização da CAIXA. Tal divulgação será incluída e/ou atualizada, quando necessário, por meio de sua rede de comunicação interna.

Parágrafo Quarto – Até 30 (trinta) dias após a realização da reunião operacional entre Partícipes, a CONVENIADA disponibilizará à CAIXA *link* para acesso pelos empregados para escolha dos planos e serviços, conforme diretrizes da CONVENIADA.

Parágrafo Quinto – A CONVENIADA poderá utilizar o e-mail pessoal informado pelo empregado da CAIXA para divulgação do serviço, mediante autorização, aceite dos Termos de Uso e Política de Privacidade da CONVENIADA e cadastro no aplicativo da CONVENIADA, se houver.

Parágrafo Sexto – A CONVENIADA deverá submeter previamente toda informação a ser veiculada em ação de comunicação decorrente do presente convênio, seja divulgação em meios físicos e/ou divulgação em meios digitais, à CAIXA, respeitados os termos de licença e uso da marca CAIXA.

Parágrafo Sétimo – A CONVENIADA informará à CAIXA, mensalmente ou, quando demandada, em até 2 dia úteis, a quantidade de empregados CAIXA que fizeram adesão, bem como relatório com a rede credenciada e procedimentos cobertos atualizados.

Parágrafo Oitavo – A CONVENIADA disponibilizará aos empregados da CAIXA informações personalizadas para escolha dos planos e serviços, no site da CONVENIADA.

Parágrafo Nono – A CONVENIADA será responsável pela fiscalização e acompanhamento da regularidade, da sua rede credenciada, no que diz respeito aos cadastros e licenciamentos devidamente atualizados perante os órgãos fiscalizadores competentes, dentre eles: Alvará da Vigilância Sanitária, Alvará de Funcionamento perante o Município, Alvará de Vistoria ao Corpo de

Bombeiros, Certificado do Departamento de Limpeza Urbana, bem como documentos internos necessários para o atendimento do objeto contratual, inscrição de responsabilidade técnica do profissional responsável em seu respectivo conselho e outras licenças exigidas pelos demais órgãos reguladores.

Parágrafo Décimo – A CONVENIADA disponibilizará horário de atendimento, no mínimo, em dias úteis, das 8h às 18h, realizados por profissionais capacitados e necessários para viabilizar a realização dos serviços objetos deste convênio.

Parágrafo Décimo Primeiro – Para o uso da marca CAIXA é obrigatório o preenchimento e assinatura pelas Partes do Termo de Licença de Uso da Marca CAIXA, conforme modelo a ser fornecido pela CAIXA.

Parágrafo Décimo Segundo – A comunicação do presente convênio deverá ser direcionada exclusivamente para empregados da CAIXA.

Parágrafo Décimo Terceiro – Os custos e encargos decorrentes da ação de comunicação do presente convênio, realizada por parte da CONVENIADA, são de responsabilidade desta.

Parágrafo Décimo Quarto – Riscos operacionais e de inadimplência oriundos do presente convênio são inteiramente assumidos pela CONVENIADA.

Parágrafo Décimo Quinto – A CAIXA não possui qualquer responsabilidade, solidária ou subsidiária, em ações judiciais cujo objeto seja o contrato de prestação de serviços firmado entre a CONVENIADA e o empregado, decorrentes deste convênio.

Parágrafo Décimo Sexto – A CONVENIADA se compromete a assegurar a igualdade de tratamento e utilização dos serviços prestados entre os empregados da CAIXA e os seus demais clientes.

Parágrafo Décimo Sétimo – As Partes se reservam o direito de acompanhar todas as etapas do presente CONVÊNIO, ficando a critério dos empregados a escolha e utilização dos serviços oferecidos pela CONVENIADA.

Parágrafo Décimo Oitavo – A CONVENIADA firmará Termo de Prestação de Serviços por Adesão com o empregado da CAIXA.

Parágrafo Décimo Nona – A CONVENIADA deverá disponibilizar horário de atendimento, no mínimo, em dias úteis, das 8h às 18h, com a presença ininterrupta dos profissionais necessários para realizar os serviços objeto do convênio.

Parágrafo Vigésimo – As partes devem atender, no âmbito de suas competências, ao disposto na legislação de regência da matéria, inclusive na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD - Lei 13.709/2018, na Lei de Crimes Ambientais - Lei 9.605/1998 e na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, no termos divulgados no site da CAIXA, notadamente <https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/prsac-caixa/Paginas/default.aspx>.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo único – O presente CONVÊNIO vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado conforme interesse das Partes e mediante assinatura de termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

Parágrafo Primeiro – O presente Convênio poderá ser rescindido de pleno direito, por iniciativa de qualquer das Partes, mediante aviso prévio, devidamente justificado, por escrito, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Segundo – O Convênio poderá ser encerrado imediatamente pela CAIXA a qualquer tempo, sem aviso prévio, em caso de a CONVENIADA requerer recuperação judicial ou ter decretada falência.

Parágrafo Terceiro – A CAIXA não se responsabiliza por eventuais pagamentos realizados pelo empregado à CONVENIADA, inclusive em caso de falência da CONVENIADA.

Parágrafo Quarto – Na ocasião da rescisão, as partes deverão convencionar a comunicação aos empregados, bem como o prazo em que a CONVENIADA manterá os descontos concedidos, sendo garantido no mínimo 2 (duas) mensalidades/parcelas do respectivo plano.

CLÁUSULA QUINTA - DECLARAÇÕES DE COMPLIANCE

Parágrafo Primeiro - As Partes declaram possuir política interna anticorrupção, declarando, ainda, cada uma individualmente e por si, ser de seu melhor conhecimento que ela e/ou qualquer pessoa ou entidade empregada e/ou conveniada por ela e/ou em seu nome, para execução dos serviços objeto do presente convênio: *a) cumprem plenamente a Política e todas as leis aplicáveis de combate à corrupção, b) não praticam quaisquer atos tais como pagar, oferecer ou prometer pagar ou autorizar o pagamento, seja de forma direta ou indireta, de qualquer verba ou algo de valor para qualquer autoridade governamental, funcionário do governo, partido político ou candidato a cargo político, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão de tal pessoa, ou do governo, a fim de obter ou manter negócios, direcionar negócios para outra pessoa, ou obter, de outra forma, uma vantagem indevida; e c) não praticam qualquer ato tais como fazer o pagamento, oferecer ou prometer pagar, ou autorizar o pagamento, seja este de forma direta ou indireta, de quaisquer somas em dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer particular que possa estar susceptível a fazer com que o favorecido transgrida o seu dever de lealdade ou de confiança.*

Parágrafo Segundo - A Parte que tomar conhecimento, tiver motivos para saber ou suspeitar de qualquer violação dessas disposições, DO PARÁGRAFO ANTERIOR, se compromete a comunicar a outra Parte por escrito imediatamente a partir do momento em que tomar conhecimento de tal fato.

CLÁUSULA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Parágrafo Primeiro – Para acesso aos descontos e vantagens oferecidos pela CONVENIADA, o empregado deverá fazer a adesão por meio do *link* personalizado disponibilizado pela CONVENIADA para os empregados CAIXA.

Parágrafo Segundo – A CAIXA não terá qualquer responsabilidade sobre os pagamentos e contratos que venham a ser constituídos entre o empregado e a CONVENIADA, que serão de exclusiva responsabilidade do empregado e da CONVENIADA.

Parágrafo Terceiro – Em caso de desligamento de empregado do quadro funcional da CAIXA, fica à cargo da CONVENIADA manter ou não os descontos concedidos.

Parágrafo Quarto – Em razão do objeto do presente convênio, inexistirá vínculo de qualquer natureza entre as Partes, em especial os de cunho trabalhista e societário, cabendo a CONVENIADA atender a todas as despesas e encargos concernentes a seus respectivos profissionais encarregados da execução dos serviços por ela oferecidos, inclusive os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, acidentes de trabalho e demais de responsabilidade específica.

Parágrafo Quinto – Cada Parte, neste ato, reconhece e aceita que, na hipótese de violação de quaisquer das cláusulas deste Convênio, será ela responsável por todos os danos diretos auferidos à outra Parte.

Parágrafo Sexto – Toda informação, incluindo, dentre outras, as orais e escritas, transmitidas e/ou divulgadas por uma Parte à outra Parte, próprias, de terceiros ou clientes de qualquer uma das Partes, serão consideradas confidenciais, restritas e de propriedade da Parte que transmitiu as informações, doravante designadas simplesmente “Informações Confidenciais”. Adicionalmente, considerando o fato de discussões e negociações estarem sendo realizadas pelas Partes, serão também tidas como Informações Confidenciais todos os termos, condições e fatos relativos a tais discussões e negociações.

Parágrafo Sétimo - A fim de evitar dúvidas, as Partes esclarecem que não são “informações confidenciais” para os fins deste Convênio aquelas que estejam ou venham a estar disponíveis para o mercado ou ao público em geral.

Parágrafo Oitavo - Todas as notificações e comunicações entre as Partes relativas ao presente convênio deverão *ser entregues por (i) correio nos endereços mencionados na qualificação deste Termo de Convênio ou (ii) por e-mail nos endereços eletrônicos indicados a seguir.*

Para a CAIXA: GEFUB@caixa.gov.br

Para a CONVENIADA: XXXXXXXXXXXX

Parágrafo Nono – Sempre que solicitado por quaisquer das Partes, deve-se promover reuniões de avaliação sobre o andamento das atividades previstas neste Convênio.

Parágrafo Décimo

Aplicam-se

ainda ao respectivo convênio o disposto na Lei nº 13.303, de 2016, e as demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Parágrafo Primeiro - Fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da cidade de Brasília/DF, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Convênio, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Parágrafo Segundo - As Partes reconhecem que, na eventualidade de assinatura digital, este documento terá a mesma validade para todos os efeitos e fins legais que a sua eventual assinatura física.

Parágrafo Terceiro - Por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Convênio, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de Direito.

Brasília/DF, ____ de _____ de _____

Assinatura do representante conveniente
Nome:

Assinatura do representante conveniado

Nome da
empresa:

Função/Unidade:
CPF:

Representante legal:
CPF:

ANEXO I DO TERMO DE CONVÊNIO Nº
CÓPIA DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I DO EDITAL)
((Não enviar este anexo junto com a documentação de habilitação))

ANEXO II DO TERMO DE CONVÊNIO Nº
DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS
((Não enviar este anexo junto com a documentação de habilitação))

A Contratada DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar pela União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
2. Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
3. Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
4. Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
5. Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
6. Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
7. Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
8. Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
9. Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - d) Dirigente da CAIXA;
 - e) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - f) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
10. Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

_____, ____ de ____ de ____
Local/Data

[Nome e assinatura do proponente ou representante legal]
[identificação completa]

ANEXO III TERMO DE CONVÊNIO Nº
CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA

(Não enviar este anexo junto com a documentação de habilitação)

Combate à Corrupção

1 OBJETIVO

1.1 Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.

1.2 Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.

1.3 As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, tendo como fim o bem comum.

1.4 Este Código de Conduta poderá ser alterado pela CAIXA dentro dos parâmetros legais e, consequentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

2 PADRÕES GERAIS DE CONDUTA

2.1 Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da CAIXA a assumir os seguintes compromissos:

2.1.1 Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.

2.1.2 Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.

2.1.3 Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.

2.1.4 Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do art. 42 e incisos, do Decreto 8.420/2015, que regulamentou a Lei 12.846/2013.

2.2 As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na CAIXA, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

3 PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA

3.1 A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:

3.1.1 Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

3.1.2 Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.

3.1.3 Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

3.1.4 Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

3.1.5 Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

3.1.6 Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

3.1.7 Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

3.1.8 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

3.1.9 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

3.1.10 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

3.1.11 Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

3.2 Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/13 e regulamentações a adotar as seguintes ações:

3.2.1 Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.

3.2.2 Informar imediatamente à CAIXA, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.

3.2.3 Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.

3.2.4 Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei 9.613/98, bem como, dar conhecimento tempestivo à CAIXA de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.

3.2.5 Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.

3.2.6 Proteger a reputação da CAIXA, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.

3.3 A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:

3.3.1 Respeito - As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

3.3.2 Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.

3.3.3 Compromisso - Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.

3.3.4 Transparência - Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.

3.3.5 Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.

ANEXO IV DO TERMO DE CONVÊNIO Nº
TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADESÃO
AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA

((Não enviar este anexo junto com a documentação de habilitação))

[NOME DA EMPRESA]....., inscrita(o) no [CNPJ], por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE], DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a CAIXA, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não tem conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Se compromete a informar à CAIXA caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
6. Tem conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a CAIXA implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Se compromete em acessar o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

_____, _____ de _____ de _____
Local/Data

[Nome e assinatura do proponente ou representante legal]
[identificação completa]

ANEXO V DO TERMO DE CONVÊNIO Nº
TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
(Não enviar este anexo junto com a documentação de habilitação)

Deverá ser preenchido e enviado ao Gestor do contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a convocação para a primeira prestação dos serviços, para cada um dos integrantes/prestadores de serviços que participe da execução do serviço da Contratada para a CAIXA.

Nome do Usuário	CPF
Empresa	Função
Email	Telefone

Declaro ter permissão de acesso às informações da CAIXA, ou sob sua responsabilidade, recebidas do gestor responsável, necessárias ao desempenho das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado, e comprometo-me a cumprir o disposto nos itens a seguir:

1. Conhecer e cumprir, rigorosamente, a Política de Segurança e Informação – PO007 e demais normas e procedimentos da CAIXA relativos à segurança da informação;
2. Estar ciente de que os acessos aos quais se referem o presente Termo foram concedidos para uso exclusivo nas atividades a que se destinam e de que a CAIXA disponibiliza o acesso à Internet, inclusive Redes Sociais, como ferramenta de trabalho;
3. Observar a classificação das informações às quais tiver acesso, de acordo com os critérios estabelecidos pela CAIXA em função das atividades por mim executadas.
4. Não utilizar meus acessos para visualizar informações ou dados desnecessários ao exercício de minhas atividades;
5. Não utilizar meus acessos para copiar ou remover recursos computacionais, informação de propriedade da CAIXA ou por ela administrada, sem autorização para esse fim;
6. Não utilizar meus acessos para interferir em serviços, provocando, por exemplo, congestionamento, alteração, lentidão ou interrupção do tráfego da rede CAIXA;
7. Não utilizar os recursos e acessos disponibilizados pela CAIXA para tratar de assuntos pessoais, criticar a CAIXA e/ou seus empregados, ou em atividades ilegais como difamação, discriminação, obscenidade, pornografia, ameaça, roubo, tentativa de acesso desautorizado a dados ou tentativa de burlar medidas de segurança em sistemas, interceptação de mensagens eletrônicas e violação de direitos autorais;
8. Respeitar os direitos de propriedade, instalando e/ou utilizando somente recursos tecnológicos autorizados e com as respectivas licenças de uso válidas;
9. Não citar ou discutir assuntos internos da CAIXA em ambientes públicos, físicos ou virtuais, e não publicar/compartilhar nas redes sociais qualquer assunto ofensivo à imagem da CAIXA e de seus empregados, rotinas de trabalho e funcionamento das unidades, além de fotos e imagens do interior das unidades da CAIXA que fragilizem a segurança e exponham informações;

10. Não revelar, dentro ou fora da CAIXA, fato ou informação interna ou confidencial de que tenha ciência em razão das atividades desempenhadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado;
11. Comunicar ao preposto da empresa contratada qualquer suspeita ou evidência de transgressão às normas em vigor, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade, evitando que a imagem da CAIXA seja colocada em risco junto ao seu público interno e externo.

Estou ciente de que:

- a CAIXA se reserva o direito de monitorar a utilização dos ativos de informação disponibilizados aos usuários, para assegurar o fiel cumprimento das orientações contidas na PO007;
- as responsabilidades quanto à segurança da informação se estendem além do horário de trabalho e continuam mesmo depois de encerrado o contrato de trabalho, para as informações obtidas em virtude das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA.
- o descumprimento de qualquer item deste Termo pode acarretar a aplicação das sanções citadas nos contratos de prestação de serviço, aplicável à empresa contratada, e, ainda, nos demais processos legais e responsabilidades civil e penal cabíveis, também aplicáveis ao prestador de serviço/preposto.

_____, ____ de ____ de ____
Local/Data

Assinatura do usuário

Nome, CPF e Assinatura do
Representante/Preposto da Empresa
Contratada

ANEXO VI DO TERMO DE CONVÊNIO Nº
((Não enviar este anexo junto com a documentação de habilitação))

DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL
ANEXO IV DA IN RBF 1.244/2012

Ilmo. Sr.
Gerente da Caixa Econômica Federal

(nome da pessoa jurídica), com sede na (sede e endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, de _____ de _____
Local/Data

Assinatura do Responsável

**ANEXO VII DO TERMO DE CONVÊNIO Nº -----
TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

(Não enviar este anexo junto com a documentação de habilitação)

A [RAZÃO SOCIAL/NOME], inscrito(a) no CPF/CNPJ/MF nº _____, declara estar ciente de que não poderá revelar a qualquer pessoa, governo e/ou a outra entidade externa à CAIXA quaisquer informações gerais e/ou particulares reservadas à Empresa relativas à prestação de serviço objeto desse contrato, ficando vedada a sua divulgação em outras circunstâncias diferentes das tratadas no presente.

Este Termo de confidencialidade permanece vigente mesmo após o término do Contrato firmado com a CAIXA.

_____, _____ de _____ de _____
Local/Data

[Nome e assinatura do proponente ou
representante legal]
[identificação completa]

ANEXO V Edital 367/2025-5688

(Envio obrigatório deste anexo)

TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

[RAZÃO SOCIAL/NOME], inscrito(a) no CPF/CNPJ/MF nº _____, por meio do seu representante devidamente constituído, _____, doravante denominado _____, para atendimento às exigências do Edital nº _____ / _____ - Credenciamento.

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;
- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;
- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 e arts. 337-E a 337-P do Código Penal Brasileiro, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a CAIXA;
2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário CAIXA, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários CAIXA;
4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;
5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não do referido credenciamento;

6. Apoiar e colaborar com a CAIXA em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. Este signatário ou empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócios-ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

_____, ____ de _____ de _____

[Nome e assinatura do representante legal],
Com identificação completa]

ANEXO VI Edital 367/2025-5688

(Não envio obrigatório deste anexo na fase de habilitação)

PLANO DE TRABALHO

(Para ser discutido e entregue após assinatura do Termo de Convênio)

I. **Objeto a ser executado:** O objeto do Convênio consiste na oferta de descontos e vantagens em planos de saúde e serviços para animais de estimação dos empregados CAIXA. O serviço oferecido pelas CONVENIADAS consiste na concessão aos empregados CAIXA de descontos mínimos no valor das mensalidades dos planos disponibilizados pelas empresas. Os empregados da CAIXA que aderirem ao serviço o farão às suas próprias expensas, sem qualquer custo para a CAIXA.

II. **Público-alvo:** empregados da CAIXA ativos.

III. **Resultados esperados:** Incremento do portfólio de benefícios oferecido pela CAIXA aos empregados, visando gerar valor agregado e subsídios para o planejamento e oferta de novos benefícios para fortalecer o relacionamento e contribuir com o Plano Estratégico do Conglomerado CAIXA.

IV. **Etapas ou fases de execução:**

(i) Formalização do convênio entre as Partícipes.

(ii) Reunião operacional para definir estratégia de *marketing*.

(iii) Disponibilização pelas CONVENIADAS, de *link* personalizado de acesso ao público-alvo, em até 30 (trinta) dias após a conclusão da etapa (ii) acima.

V. **Previsão de início e fim da execução do objeto:** o Convênio proposto terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses a contar de xx/xx/xxxx, podendo ser prorrogável mediante acordo entre os Partícipes.

VI. **Critérios de avaliação de desempenho:** a CONVENIADA disponibilizará um *link* personalizado para a CAIXA, garantindo a adesão a todos os empregados interessados, e prestando suporte as dúvidas de forma tempestiva.

VII. **Critérios de avaliação dos resultados:** a CONVENIADA informará à CAIXA mensalmente a quantidade de empregados CAIXA que aderiram aos planos, desde que atendidas as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

VIII. **Previsão de receitas e despesa:** Não se aplica por não haver repasse financeiro por parte da CAIXA.

_____, _____ de _____ de _____
Local/Data

[Nome e assinatura do proponente ou representante legal]
[identificação completa]